

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006114-76.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **Vera Lucia Soares Chvatal**
Requerido: **Sergio Wander Johansen**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustenta a autora que dirigia automóvel no interior da UFSCAR e que viu outro veículo, conduzido pelo réu, vindo em sentido contrário.

Sustenta também que ao perceber que o réu invadiu a contra-mão de direção parou, mas ele veio a colidir contra o seu automóvel.

Já o réu imputou à autora a responsabilidade pelo evento porque ela na verdade avançou sua faixa de tráfego, dando causa à colisão.

As partes não demonstraram interesse na produção de prova oral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

As fotografias de fls. 08, 09 e 14 denotam a situação dos veículos envolvidos na ocorrência e a posição em que ficaram depois de sua concretização.

Delas, merecem especial destaque as de fl. 14 por atestarem a existência de outro automóvel parado exatamente ao lado direito daquele conduzido pela autora, a exemplo de outro igualmente estacionado à direita do réu, mas já ultrapassado pelo mesmo.

Outrossim, a alegação de que a autora estava parada no momento do embate não foi negada pelo réu, que preferiu atribuir-lhe a responsabilidade do episódio por invadir em meio metro sua pista.

A conjugação desses elementos é suficiente para estabelecer a certeza de que o réu foi o culpado pelo acidente.

Não é crível que a autora tivesse estancado a sua marcha (o que, repita-se, resulta incontroverso a partir das manifestações das partes) ao notar que o réu vinha em sua direção se estivesse na pista que tocava a ele.

Diversamente, o argumento de que o mesmo estaria distraído (foi o que ele teria asseverado à autora na sequência dos acontecimentos) é compatível com a dinâmica relatada a fl. 01, sendo essa a causa eficiente para que ingressasse na contra-mão de direção e tudo tivesse vez.

Como se não bastasse, nada confere verossimilhança à explicação de que a autora teria invadido em meio metro a pista pela qual o réu trafegava.

Assim, fixada a culpa do réu na esteira do relato exordial, é de rigor reconhecer que deverá ressarcir os danos materiais suportados pela autora, os quais estão respaldados no documento de fl. 06 e não foram impugnados pelo mesmo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 1.107,75, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2018 (época do desembolso de fl. 06), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 01 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**